

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**Serviços de Logística e Produção Técnica
Natal em Santa Cruz 2022
e Santo Amaro**

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO		3
PARTE I	CLÁUSULAS JURÍDICAS	
Cláusula 1. ^a	Objeto	5
Cláusula 2. ^a	Contrato	5
Cláusula 3. ^a	Local da Prestação/execução dos serviços	6
Cláusula 4. ^a	Fases e forma da execução do contrato	6
Cláusula 5. ^a	Prazo	6
Cláusula 6. ^a	Contagem do prazo	6
Cláusula 7. ^a	Preço base	7
Cláusula 8. ^a	Preço contratual	7
Cláusula 9. ^a	Preço ou custo anormalmente baixo	8
Cláusula 10. ^a	Condições de faturação e pagamento	8
Cláusula 11. ^a	Obrigações do contraente público	10
Cláusula 12. ^a	Obrigações da entidade adjudicatária	11
Cláusula 13. ^a	Conformidade e operacionalidade dos bens e serviços	12
Cláusula 14. ^a	Vinculação por parte da entidade adjudicatária	13
Cláusula 15. ^a	Garantia técnica	14
Cláusula 16. ^a	Subcontratação e cessão da posição contratual	14
Cláusula 17. ^a	Seguros	14
Cláusula 18. ^a	Responsabilidade	15
Cláusula 19. ^a	Gestora do contrato	15
Cláusula 20. ^a	Sanções contratuais	16
Cláusula 21. ^a	Casos de força maior	17
Cláusula 22. ^a	Alterações contratuais	18
Cláusula 23. ^a	Resolução do contrato por parte do contraente público	18
Cláusula 24. ^a	Resolução do contrato por parte da entidade adjudicatária	19
Cláusula 25. ^a	Dever de sigilo	19
Cláusula 26. ^a	Confidencialidade e proteção de dados pessoais	19
Cláusula 27. ^a	Comunicações e notificações	21
Cláusula 28. ^a	Foro competente	22
Cláusula 29. ^a	Dúvidas e omissões	22
Cláusula 30. ^a	Legislação aplicável	22
PARTE II	CLÁUSULAS TÉCNICAS	
Cláusula 31. ^a	Especificações técnicas e funcionais	22
Cláusula 32. ^a	Natureza e características dos serviços	25
Cláusula 33. ^a	Manutenção e assistência técnica	26

Cláusula 34. ^a	Segurança	26
Cláusula 35. ^a	Calendário e Horários	27

Anexo I

ENQUADRAMENTO

O setor do Turismo representa uma forte presença económica e social para a Região Autónoma da Madeira e, em particular, para o concelho de Santa Cruz (o segundo com maior capacidade de alojamento da RAM, com mais de 12% do total de camas disponíveis, quer em empreendimentos turísticos, quer em tipologia de Alojamento Local).

Por conseguinte, tem merecido particular atenção e é, invariavelmente, uma das principais apostas do Executivo Municipal de Santa Cruz, quer ao nível do planeamento, quer ao nível do investimento, tendo sempre por base uma estratégia integrada de promoção do concelho como um complemento natural do “Destino Madeira”, numa tentativa clara de continuar a impulsionar o setor e o número de turistas que escolhem o concelho de Santa Cruz para a sua estadia em férias, seja por períodos curtos ou longos.

Estando o evento Natal em Santa Cruz 2022 já em fase de implementação, importa aprofundar e aplicar medidas de programação e produção cultural, cujo pendor importa valor ao comércio local e à oferta turístico-cultural necessária para fortalecer a política de dinamização municipal, paralela ao importante investimento nas decorações públicas dos principais núcleos urbanos do Concelho de Santa Cruz. Naquela que é uma clara aposta na visibilidade externa e atratividade, quer para os locais, quer para todos quantos nos visitam nesta época festiva e que, tradicionalmente, repetem este destino de férias fazendo, ainda, um importante trabalho de divulgação e promoção ativa de eventos e iniciativas, locais, que complementam a grande oferta turística e cultural que estes cartazes representam a nível regional. A esta realidade acresce o impacto que as festas tradicionais/populares, de natureza religiosa, conhecidas com “arraiais”, têm no dia a dia da comunidade regional. É um fenómeno cultural característico e identitário da Região e que, no Concelho de Santa Cruz tem o seu momento alto no “Arraial” de Santo Amaro, a acontecer no mês de janeiro 2023. Este, é por natureza, o evento maior a realizar no Município e que conta com a participação ativa da comunidade local, potenciada pela dinâmica de programação a que este Município pretende dar resposta, no âmbito da sua competência legalmente instituída.

Importa, então, reunir e preparar um conjunto de ferramentas e recursos especializados para as mais diversas circunstâncias. Com base na experiência e resultados adquiridos ao longo dos últimos anos, em 2022, e com as dificuldades económicas globais advenientes da pandemia Covid-19, há o dever acrescido de dar uma maior projeção e notoriedade ao Município de Santa Cruz, às suas dinâmicas

sociais, comerciais e culturais, sendo a organização e realização de eventos e iniciativas decorrentes no Concelho um meio para tal, e visto não existirem meios humanos e materiais próprios para as concretizar na totalidade, torna-se necessário proceder à abertura de procedimento para a contratação destes serviços, nomeadamente, na aquisição de serviços de produção técnica que visam o fornecimento de bens e prestações de serviços, cuja operacionalização de meios técnicos de e materiais permitirão a boa execução dos trabalhos planificados com os diferentes agentes culturais, associativos e económicos do Concelho.

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por Consulta Prévia, em conformidade com a alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, e com o n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, sendo objeto do contrato a aquisição de serviços de som, apoio técnico, apoio logístico, iluminação de palcos e recintos improvisados, no âmbito das festividades natalícias - Natal em Santa Cruz 2022 e Santo Amaro. Inclui o fornecimento e aluguer de material, montagens e desmontagens de estruturas e agendamento de teste de som com os artistas ou seu representante/agente para a boa execução da programação artística, conforme melhor especificado nas cláusulas técnicas referidas na Parte II e no Anexo I deste Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento/contrato assume a seguinte classificação CPV (Código de Vocabulário Comum para Contratos Públicos):

CPV (principal): 79952000-2: Serviços de Eventos

CPV (secundário): 51313000-9: Serviços de instalação de equipamentos de áudio

CPV (secundário): 98390000-3: Outros Serviços

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é redigido a escrito, em conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e com observância dos procedimentos referidos nos artigos 96.º a 106.º, do mesmo diploma.
2. As condições contratuais resultam da conjugação do disposto no Convite e no presente Caderno de Encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
3. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO;

- e) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo CONTRAENTE PÚBLICO para a decisão de contratar.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado no contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, e aceites pela entidade adjudicatária, nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Local da prestação/execução dos serviços

Os serviços objeto do procedimento/contrato serão prestados/executados no território geográfico do Município de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira.

Cláusula 4.ª

Fases e forma da execução do contrato

A aquisição de serviços deve ser efetuada em articulação com os serviços afetos à Subunidade de Cultura e Promoção Turística da Câmara Municipal de Santa Cruz, de acordo com as cláusulas técnicas, referidas na Parte II e Anexo I do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª

Prazo

1. O contrato a celebrar mantém-se em vigor desde a data da sua assinatura, até 31 de janeiro de 2023, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, em conformidade com os respetivos termos, condições e o disposto na Lei, até à conclusão da aquisição de serviços, referida no presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número anterior, e, caso não tenha sido atingido o valor previsto citado no n.º 2, da cláusula 7.ª, o contrato extingue-se sem que assista à entidade adjudicatária o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 6.ª

Contagem do prazo

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 7.ª

Preço base

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar à entidade adjudicatária o preço constante na proposta adjudicada.
2. O preço base a considerar para a prestação de serviços objeto do presente Caderno de Encargos é de **17 800.00€ (dezassete mil e oitocentos euros)**, ao qual acresce o valor de I.V.A. à taxa legal em vigor de 22%, correspondendo ao valor máximo que o contraente público se dispõe a pagar.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O contraente público deve pagar à entidade adjudicatária o preço constante na proposta adjudicada, pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos.
2. Só serão pagos os serviços, previstos no presente Caderno de Encargos, que vierem efetivamente a ser realizados, em conformidade com a prévia aprovação e emissão do número de compromisso, por parte do contraente público.
3. O preço referido, na cláusula 7.ª, inclui todos os custos, encargos e despesas que nos termos do contrato estejam a cargo da entidade adjudicatária, e cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente as despesas relativas à afetação de pessoal, de alojamento, encargos sociais e fiscais legalmente fixados, equipamentos de proteção individual dos elementos da equipa, alimentação e deslocação dos meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, nomeadamente, relativos ao transporte dos serviços do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, licenças ou seguros.
4. Caso o contraente público venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
5. Não haverá lugar à revisão de preços.

Cláusula 9.ª

Preço ou custo anormalmente baixo

Quando for apresentado por uma entidade um preço anormalmente baixo, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento das obrigações legais inerente à execução do contrato, estes poderão não ter a qualidade esperada. Desse modo, devem ser apresentados documentos que contenham esclarecimentos justificativos da apresentação desse valor, em conformidade com os números 3 e 4, do artigo 71.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, quando o valor for igual ou inferior a 20%.

Cláusula 10.ª

Condições de faturação e pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total dos serviços prestados e o processamento do preço resultante da adjudicação, será efetuado de acordo com o seguinte:
 - a) 30% após a assinatura do contrato;
 - b) 50% após a abertura do evento Natal em Santa Cruz 2022, com previsão para o dia 27 de novembro de 2022;
 - c) 20% após a conclusão dos trabalhos com a sua desmontagem, com previsão para o dia 24 de janeiro de 2023;
2. A fatura relativa ao fornecimento efetuado só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, sendo que a fatura deve, obrigatoriamente, conter, de forma explícita:
 - a) Número de compromisso;
 - b) Denominação do procedimento;
 - c) Emissão em nome da Câmara Municipal de Santa Cruz;
 - d) Descrição dos trabalhos / materiais utilizados;
 - e) Preços unitários;
 - f) Taxa de IVA aplicável;
 - g) Valor total da fatura: valor sem IVA e valor com IVA;
 - h) A fatura deverá ser emitida de acordo com o disposto no artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro;
3. A emissão de faturas ao abrigo do presente procedimento deverá obedecer ao decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e serem disponibilizadas mediante a utilização de endereço eletrónico faturaelectronica@cm-santacruz.pt, anexando o PDF da fatura (assinado digitalmente) e o XML CIUS-PT. Em alternativa poderá ser solicitado ao Município o Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI).

4. A quantia devida nos termos dos números anteriores será paga no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual deverá ser emitida após vencidas todas as obrigações, e após cumpridas todas as formalidades legais – conferência da situação contributiva e tributária.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.º 2 a 4, da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. Em caso de discordância por parte do Município de Santa Cruz, quanto aos valores indicados na fatura, este deve comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.
7. Ao Município de Santa Cruz reserva-se o direito de proceder à devolução de qualquer fatura que não contenha expressamente identificado o número de compromisso a que diz respeito, tal como é exigido nos n.º 2 a 4, da presente cláusula.
8. Em caso de devolução de fatura nos termos do número anterior, o prazo de pagamento será contado a partir da data de receção da fatura, onde conste o número da respetiva nota de encomenda.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.º 2 a 4, da presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária, mediante:
 - a) Envio de IBAN em suporte de papel devidamente validado pelo Banco;
 - b) Envio de documento que certifique a Conta a depositar como sendo a do SEGUNDO OUTORGANTE;
10. As consequências que, nos termos da lei, advêm dos atrasos de pagamento serão as previstas no CCP, aprovado através do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, nomeadamente no seu artigo 326.º, na redação da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
11. Nos termos do artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o cocontratante e, caso existam, os subcontratados devem proceder à entrega dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º (Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, em relação ao último exercício económico, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira), sem prejuízo do disposto no seu n.º 5, o qual dispõe que caso considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas, devem apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem os

obriga, referindo expressamente essa situação.

12. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, no caso de AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, os documentos exigidos no número anterior devem ser apresentados até ao termo da prestação do serviço, devendo ser entregues em simultâneo com o pedido de pagamento, aquando do envio da última fatura, cuja iniciativa cabe exclusivamente ao cocontratante, ou seja, sem necessidade ou dependência de qualquer comunicação, notificação ou interpelação por parte do contraente público.
13. A entrega dos documentos referidos nos pontos anteriores constitui condição do processamento da despesa, ou seja, sem a sua entrega não pode ser realizado o processamento da despesa e, consequentemente, efetuado o pagamento correspondente, por facto imputável ao cocontratante, com os efeitos previstos no direito civil para a mora.
14. Sem prejuízo das funções atribuídas ao gestor do contrato no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, compete-lhe ainda, nos termos do artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, e nos n.ºs 4 e 5 da presente cláusula.

Cláusula 11.ª

Obrigações do contraente público

1. Dever de monitorizar o cumprimento contratual, no que respeita às respetivas condições.
2. Entregar à entidade adjudicatária o valor monetário com as características, quantidades, especificações e requisitos descritos neste Caderno de Encargos.
3. Pagar, no prazo, acordado por ambas as partes, as faturas emitidas pela entidade adjudicatária.
4. O contraente público paga à entidade adjudicatária apenas os serviços que forem realizados.
5. O contraente público tem o direito de, a qualquer momento, alterar ou redefinir a prioridade da prestação de serviços.
6. No caso da entidade adjudicatária se recusar a realizar os trabalhos acordados, entre ambas as partes, o contraente público terá o direito de se recusar a realizar o respetivo pagamento.

Cláusula 12.ª

Obrigações da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a entidade adjudicatária, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:
 - a) Prestar os serviços objeto do contrato a celebrar, de acordo com as datas estipuladas pelo contraente público e as especificações técnicas, referidas na Parte II e no Anexo I, do presente Caderno de Encargos;
 - b) A de recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, nomeadamente:
 - i) mão-de-obra necessária à realização do apoio ao palco, ou outro local público onde os momentos artísticos e performativos ocorram, e de apoio aos artistas durante os testes de som, ensaios técnicos e atuações públicas;
 - ii) montagens e desmontagens de equipamento e estruturas;
 - iii) manutenção e assistência técnica no decurso de toda a prestação do serviço;
 - iv) ligação à rede elétrica da responsabilidade do cocontratante;
 - c) Disponibilizar os serviços, identificados neste Caderno de Encargos, e outros semelhantes, que possam ser solicitados pela Câmara Municipal de Santa Cruz;
 - d) Não alterar, para valores superiores, ao longo do contrato, os valores unitários, dos artigos e serviços mencionados na parte II, do presente Caderno de Encargos, apresentados na proposta;
 - e) Salvar a estabilidade das equipas de trabalho que sejam afetas à prestação de serviços, substituindo, quando a tal seja forçada, os elementos que não possam continuar a integrar as mesmas, por outros de idêntica competência profissional;
 - f) Assegurar a correta montagem e desmontagem de estruturas e equipamentos, garantindo a integridade do meio envolvente pertencente ao domínio público e privado;
 - g) Caso haja algum incidente, no período da montagem e desmontagem dos equipamentos e/ou da prestação dos serviços, a entidade adjudicatária assume toda a responsabilidade;
 - h) Operar os equipamentos e prestar os serviços técnico por pessoas devidamente habilitadas;

- i) Comunicar, antecipadamente, ao Município de Santa Cruz os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações, no termos do contrato celebrado;
 - j) Não alterar as condições de prestação dos serviços contratadas;
 - k) Dever de seguro de responsabilidade civil e danos;
 - l) Cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do pessoal envolvido na prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável, designadamente no que respeita à cobertura de:
 - i. Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
 - ii. Seguro dos meios de transporte utilizados, pessoal transportado e responsabilidade civil incluídos;
 - m) Cumprir todas as obrigações de segurança decorrentes da legislação em vigor, relativas ao objeto do contrato;
 - n) Cumprir toda a legislação laboral aplicável ao setor.
2. A entidade adjudicatária é responsável perante o contraente público de qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato.
3. A entidade adjudicatária deve afetar ao objeto do contrato os meios que entender suficientes, de modo a responder às solicitações do Município de Santa Cruz, nos prazos determinados.
4. A Câmara Municipal de Santa Cruz terá sempre o direito de escolha, de supervisionar e/ou fiscalizar, em qualquer momento, a atividade objeto do contrato, nomeadamente para efeitos de aferir o seu normal e legal funcionamento.
5. A título acessório, a entidade adjudicatária fica, ainda, obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à integral execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
6. Esta enumeração não é limitativa, devendo o adjudicatário fazer o necessário para que os trabalhos satisfaçam as especificações e condições contratuais.

Cláusula 13.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens e serviços

1. A entidade adjudicatária obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato, ao contraente público, com as características, quantidades, especificações e requisitos previstos na Parte II e Anexo I, do presente Caderno de Encargos.

2. Todas as despesas e custos com mão de obra, bens e equipamentos necessários para a execução do objeto do contrato, “aquisição de serviços de som, apoio técnico, apoio logístico, iluminação de palcos e recintos improvisados, no âmbito das festividades natalícias - Natal em Santa Cruz 2022 e Arraial de Santo Amaro”, são da responsabilidade da entidade adjudicatária.
3. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados, instalados, operacionalizados, ligados, montados e desmontados pela entidade adjudicatária nos locais determinados pelo contraente público.
4. A entidade adjudicatária é responsável perante o Município de Santa Cruz por qualquer defeito ou discrepância na prestação dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos são prestados.
5. As especificações dos serviços objeto do contrato devem ser fornecidas e prestadas consoante os pedidos efetuados, por escrito, nomeadamente, por correio eletrónico, pelo contraente público, considerando-se o prazo estabelecido, para a prestação dos serviços
6. A prestação dos serviços, referida no número anterior, deve ser efetuada em tempo útil e durante a vigência do contrato.
7. Todas as despesas e custos com o transporte e meios humanos são da responsabilidade da entidade adjudicatária.
8. A entidade adjudicatária é responsável por eventuais danos que possam ocorrer nos equipamentos durante a montagem, utilização/operacionalização e desmontagem dos mesmos.
9. Durante o período em que vigorar o contrato, é obrigatório a manutenção e eventual reparação e/ou substituição dos bens e equipamentos, afetos ao objeto do contrato, bem como assistência técnica aos sistemas complementares da responsabilidade do cocontratante, em caso de avaria ou dano.

Cláusula 14.ª

Vinculação por parte da entidade adjudicatária

1. A entidade adjudicatária selecionada para a prestação de serviços obriga-se a aceitar todas as normas do presente Caderno de Encargos.
2. A entidade adjudicatária obriga-se a entregar a declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo I-M, a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º, ou a subalínea i), das alíneas b) e c), do n.º 3, do artigo 256.º-A, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, e o artigo 6.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos.

3. A entidade adjudicatária obriga-se a entregar a declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II-M, a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos e o n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª **Garantia técnica**

No que se refere aos serviços prestados e aos bens, equipamentos e estruturas fornecidos ao Município de Santa Cruz em execução do contrato, a entidade adjudicatária fica sujeita às exigências legais de conformidade e garantia técnica, bem como demais obrigações de entidade adjudicatária, nos prazos aplicáveis aos contratos de prestação de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 16.ª **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pela entidade adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª **Seguros**

1. É da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária todas as obrigações relativas:
 - a) Ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
 - b) Aos equipamentos disponibilizados ao Município de Santa Cruz, no âmbito do contrato a celebrar, garantindo a existência dos necessários seguros multirriscos e responsabilidade civil.
2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração de contratos de seguro, referidos no número anterior, devendo a entidade adjudicatária fornecê-la no prazo de 1 (um) dia.

Cláusula 18.ª

Responsabilidade

1. O fornecedor responde, nos termos da Lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo contraente público, pelos/as seus/suas trabalhadores/as, operadores/as ou terceiros/as, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 16.ª.
2. Se o contraente público tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente Caderno de Encargos, são da responsabilidade da entidade adjudicatária, esta indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse fato e seja a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.
3. O contraente público não responde por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela entidade adjudicatária, salvo culpa comprovada dos/as trabalhadores/as daquele Município, no exercício das respetivas funções.

Cláusula 19.ª

Gestora de contrato

1. Em cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código dos Contratos Públicos, e no artigo 8.º-A do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual, o contraente público designa gestora de contrato, nos termos do artigo 290.º A, Tomásia Castro, com o contacto telefónico 291 520 100 e correio eletrónico tomasiacastro@cm-santacruz.pt, técnica superior da Divisão de Desenvolvimento Económico-Cultural, Subunidade de Cultura e Promoção Turística, da Câmara Municipal de Santa Cruz, para acompanhamento permanente da sua execução integral.
2. A entidade adjudicatária está sujeita à supervisão da execução do contrato, assegurada pela gestora de contrato que deverá:
 - a) Caso se verifiquem situações anómalas na prestação dos serviços, e com base nos relatórios por si elaborados, notificar o cocontratante para regularização imediata das mesmas;
 - b) Caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias, adotar medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas, com exceção das respeitantes a matérias de modificação e cessação do contrato.
3. Sem prejuízo das funções atribuídas ao gestor do contrato no artigo 290.º-A do CCP, compete-lhe ainda, nos termos do artigo 8.º-A do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados

na Região Autónoma da Madeira (RAM), nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 20.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir à entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das condições e qualidade técnica, dos prazos e horários de entrega e/ou prestação dos serviços objeto do contrato, e demais prazos estipulados, o contraente público pode exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, que poderá oscilar entre 20% e 50% do valor contratual, ficando sujeito ao pagamento de uma sanção pecuniária compulsória, correspondente a 0,2% do valor do contrato, com exclusão do IVA, por cada dia de atraso, até o limite previsto no artigo 329.º do CCP;
 - b) Pela recusa ou atraso na substituição/correção, em devido tempo, do objeto do presente procedimento, o Município de Santa Cruz, após notificação à entidade adjudicatária, poderá, em caso de necessidade, adquirir a outros fornecedores os serviços em falta, ficando a diferença de preço, se houver, a cargo da entidade adjudicatária faltosa.
2. As sanções previstas, na presente cláusula, não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.
3. Se a entidade adjudicatária não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, deve o contraente público notificá-la para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo, quando o cumprimento, se tenha tornado impossível ou o contraente público tenha perdido o interesse na prestação.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da entidade adjudicatária, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção de até 20% do valor da proposta apresentada.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade adjudicatária e as consequências do incumprimento.
6. Mediante requerimento devidamente fundamentado do cocontratante, pode não ser aplicada a multa se a suspensão ou o atraso resultar de motivo de força maior e alheio à vontade daquele, como tal devidamente reconhecido pelo contraente público.

7. A decisão relativa ao reconhecimento em causa deve ser expressa e proferida no prazo de 8 (oito) dias a contar da data da entrada do requerimento referido no ponto anterior, o que a não se verificar algum destes requisitos equivale, para todos os efeitos, ao não reconhecimento.

Cláusula 21.ª

Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de casos de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não fossem razoavelmente fáceis de contornar ou evitar.
2. Podem constituir casos de força maior, verificando os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, atos de guerra ou terrorismo, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma, resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária, cuja causa, propagação ou proporções, se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária, não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior, devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 22.ª

Alterações Contratuais

1. O contrato pode ser modificado por acordo das partes, reduzido a escrito, em adenda, desde que se mostrem preenchidos os requisitos previstos no artigo 312.º, Código de Contratos Públicos;
2. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma, à outra parte;
3. Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito, assinado por ambas as partes, onde constará toda a descrição da alteração aos trabalhos objeto do contrato, a qual produzirá efeitos a partir da sua assinatura;
4. A modificação do contrato fica, ainda, sujeita ao cumprimento do disposto no artigo 313.º, Código de Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na Lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis à entidade adjudicatária:
 - a) A execução do contrato seja gravemente prejudicada;
 - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de prestar os serviços;
 - c) A prática de atos dolosos ou negligentes;
 - d) O não cumprimento definitivo das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.
2. Para efeitos do disposto no n.º 1, da presente cláusula, considera-se que existe incumprimento definitivo, por parte da entidade adjudicatária, quando se verificar que as prestações em execução do contrato, não correspondem às características e especificações atribuídas na proposta e restante documentação apresentada.
3. O direito de resolução referido, no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária.

Handwritten signature

Cláusula 24.ª

Resolução do contrato por parte da entidade adjudicatária

A entidade adjudicatária pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Código de Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª

Dever de sigilo

1. A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento, no decorrer da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, previsto nos números anteriores, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 26.ª

Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. A entidade adjudicatária obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento, no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que a entidade adjudicatária tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados/RGPD), lido em conjugação com o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua redação atual.
3. A entidade adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo contraente público.

4. No caso em que a entidade adjudicatária seja autorizada pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, a mesma será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. A entidade adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas, por este subcontratadas, cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e na Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar nos contratos escritos que a entidade adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes nos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção de dados pessoais tratados por conta do contraente público contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Assegurar que os seus colaboradores/as cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. A entidade adjudicatária é responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus/suas colaboradores/as, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto, nos números anteriores, da presente cláusula, entende-se por “colaborador/a” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à entidade adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores/as, prestadores/as de serviços, procuradores/as e consultores/as, independentemente da natureza

e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a entidade adjudicatária e o/a referido/a colaborador/a.

9. A obrigação de sigilo, prevista na presente cláusula, mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Cláusula 27.ª

Comunicações e notificações

1. Todas as comunicações a efetuar nos termos deste Caderno de Encargos podem revestir a forma escrita e serem enviadas por correio eletrónico, visto que segundo o n.º 2, do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, que aprova um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, *a correspondência transmitida por via eletrónica tem o mesmo valor da trocada em suporte de papel, devendo ser-lhe conferida, pela administração e pelos particulares, idêntico tratamento.*
2. O cocontratante deve informar, de imediato, o contraente público de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé, nomeadamente se constituírem ou não casos fortuitos ou de força maior, que possam impedir o cumprimento das suas obrigações.
3. Deve o cocontratante ainda informar do tempo e da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato e, quando sejam possíveis, das diligências que realizou, ou realizará, para atenuar a esse facto
4. As comunicações entre a direção dos trabalhos e a fiscalização devem processar-se por escrito. Em caso algum são aceites quaisquer reclamações ou justificações com fundamento em factos que não tenham sido objeto de imediata comunicação escrita ou, oportunamente, confirmadas por escrito.
5. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos.
6. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes no contrato, deve ser comunicada à outra parte.
7. Todas as comunicações a efetuar nos termos deste Caderno de Encargos poderão revestir a forma escrita e serem enviadas por correio eletrónico, à gestora do contrato (tomasiacastro@cm-santacruz.pt).

Cláusula 28.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29.ª

Dúvidas e omissões

1. Todas as situações não previstas neste Caderno de Encargos devem ser alvo de apreciação e deliberação pelo contraente público, no uso das suas competências previstas nas alíneas e) e f), do n.º 1, do artigo 23.º, bem como na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Os casos omissos serão igualmente resolvidos por decisão do contraente público.

Cláusula 30.ª

Legislação aplicável

Ao presente procedimento e contrato aplicar-se o disposto no diploma legal que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública relativa à aquisição de bens e de serviços e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contratos administrativos, aprovados pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, adaptado à Região Autónoma da Madeira (RAM) pelo DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, bem como às demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do contrato a celebrar.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 31.ª

Especificações técnicas e funcionais

1. A entidade adjudicatária dispõe ao Município todos os serviços, mediante as características, mencionadas na cláusula 32.ª e seguintes e Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
2. Fornecer os serviços de aluguer, montagem, manutenção e desmontagem de palcos, tendas e demais recintos improvisados.
3. Fornecer os serviços aluguer, montagens, operacionalização, manutenção e desmontagens de equipamentos técnicos de luz e som, mediante os programas artístico-culturais definidos para os eventos objeto deste Caderno de Encargos.

4. Garantir o apoio técnico e logístico relativo à montagem e iluminação de palcos, recintos improvisados e tendas de apoio, bem com o seu devido acondicionamento e segurança na via pública.
5. Garantir amplificação de som para voz, instrumentos musicais ou outros e respetiva munição de palco para todas as atuações ou momentos artísticos e culturais afetos à programação dos eventos, nomeadamente de bandas/grupos musicais, grupos folclóricos, coros, bandas filarmónicas/municipais e outros, em articulação direta com o adjudicante ou a quem este delegar as funções de agenciamento de artistas.
6. A entidade adjudicatária deve prestar serviços técnicos de apoio em palco, nomeadamente na logística, montagem e desmontagem de equipamentos audiovisuais, iluminação, eletrificação e estruturas.
7. Amplificação de som e voz para momentos oficiais/institucionais e/ou programação complementar aos eventos em articulação direta com o adjudicante ou a quem este delegar as funções de agenciamento de artistas.
8. Equipamento/mesa de mistura para reprodução sonora de faixas musicais/instrumentais de acompanhamento aos grupos, coros ou bandas intervenientes, de acordo com o Anexo I.
9. Disponibilização de cadeiras, estantes ou instrumentos (*backline*) identificados nos Riders Técnicos, cujas referências vêm anexas ao presente Caderno de Encargos (Anexo I).
10. Podem existir alterações relativamente aos eventos e momentos artístico ou outros afetos à programação do Natal em Santa Cruz 2022 e Santo Amaro, para tal o Município faz uma solicitação/comunicação à entidade adjudicatária com o prazo de 5 (cinco) dias, do tipo de serviços com referência à sua localização, natureza e período.
11. Montagem, desmontagem de som, *backline*, apoio técnico e iluminação de palco para espetáculos e momentos artístico-culturais diversos, entre 26 de novembro de 2022 e 15 de janeiro de 2023, em data e horário definidos na calendarização da Parte II do presente Caderno de Encargos.
12. Responsabilizar-se pela requisição dos PIT's – Pedidos de Informação Técnica à EEM (Empresa de Eletricidade da Madeira), bem como o respetivo licenciamento junto da DRETT (Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres), ainda que o consumo apurado pela EEM seja da responsabilidade do contraente público.
13. Garantir a montagem e transmissão de música ambiente entre os dias 26 de novembro de 2022 a 15 de janeiro de 2023, em três dos cenários natalícios (Praça Dr. João Abel de Freitas; Praça Padre Olavo Garcês e Jardins da Alameda). Para este serviço deve o adjudicatário se

- responsabilizar e assumir as custas das licenças de Reprodução/Execução Pública, bem como do equipamento de reprodução a ser instalado, acautelando o risco inerente à época das chuvas.
14. Apoio técnico durante os concertos e provas/testes de som, em permanência durante todos os dias identificados na presente Parte II.
15. Montagens e desmontagens dos recintos afetos à programação, necessários à instalação dos artistas intervenientes antes, durante e depois das atuações respetivas.
16. Todos os serviços requisitados pelo contraente público à entidade adjudicatária, devem ser executados sem alterações, salvo autorização do contraente público, no seu fornecimento, montagem e desmontagem, respeitando sempre as especificações técnicas constantes na presente Parte II e Anexo I deste caderno de encargos.
17. A deslocação e transporte dos bens e equipamentos afetos à execução do objeto deste procedimento/contrato, é da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.
18. A montagem, manutenção, operacionalização e desmontagem deve ser operada por trabalhadores/as devidamente habilitados/as.
19. Manutenção e limpeza do palco e demais equipamentos afetos à atividade artística;
20. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todos os danos e avarias imputáveis a deficiências dos serviços.
21. Durante o período contratual o adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica e respetiva manutenção, inclusive na eventual reparação ou substituição dos sistemas e equipamentos fornecidos e instalados, sendo da sua responsabilidade as substituições provocadas por má aplicação.
22. O adjudicatário chamará à atenção para as alterações que forem julgadas necessárias com vista ao complemento de elementos omissos ou em alteração dos trabalhos que forem necessários efetuar.
23. As datas para prestação de serviços e demais informações técnico artísticas são enviadas à entidade adjudicatária, podendo as mesmas sofrer alterações, ao longo do contrato.
24. O contraente público tem o direito de, a qualquer momento, alterar a prioridade e natureza de execução dos serviços.
25. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes na utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
26. São da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária todos os danos e avarias imputáveis a deficiências na prestação de serviços, reparações, montagem e fabrico, pelos quais terá de responder.

Paulo

27. O contraente público pode alterar o destino do objeto, caso existam motivos que o justifiquem, nomeadamente, o objeto ser usado para outra atividade, durante a vigência do contrato, caso seja benéfico para o Município e aprovado pelo executivo.

Cláusula 32.ª

Natureza e características dos serviços

1. A natureza e características da aquisição de serviços de som, apoio técnico, apoio logístico, iluminação de palcos e recintos improvisados, no âmbito das festividades natalícias - Natal em Santa Cruz 2022 e Santo Amaro, trabalhos que incluem o fornecimento e aluguer de material, montagens e desmontagens de estruturas e agendamento de testes de som com os artistas ou seu representante/agente para a boa execução da programação artística, que visam o fundamento e concretização do presente Caderno de Encargos, encontra-se especificada na tabela abaixo, no que aos Serviços de Logística e Produção Técnica diz respeito.
2. No Anexo I ao presente Caderno de Encargos constam riders técnicos **indicativos** das necessidades afetas ao serviço de som requisitado no presente Caderno de Encargos.

SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E PRODUÇÃO TÉCNICA NATAL EM SANTA CRUZ 2022 E SANTO AMARO				
Natureza	Tipo de equipamento	Quantidades	N.º de dias de utilização / datas (não inclui montagens e desmontagens, estas são definidas pela entidade através de proposta concorrente)	Preço unitário (a preencher pelo concorrente na submissão da proposta)
ESTRUTURAS (dimensões mínimas)	Tenda: 10m*15m	1	Utilização 10 e 11 de dezembro 2022	
	Tenda de apoio/artistas 3m*3m	2	1.Utilização a 10 e 11 de dezembro 2022 2.Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Palco com alcatifa e roda de saia 6m*7m*0.6cm	1	Utilização a 10 e 11 de dezembro 2022	
	Palco Grande: 10m*10m*1.20m	1	Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Casinhas de madeira 2,5m*2,5m	4	Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
ILUMINAÇÃO	Projetor 20w (luz branca quente) para tendas de apoio/artistas 3m*3m	2	1.Utilização a 10 e 11 de dezembro 2022 2.Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Projetores 150w (luz branca quente) para tenda 10m*15m	8	Utilização 10 e 11 de dezembro 2022	
	Luz de palco/cénica para "Palco com alcatifa e roda de saia" 6m*7m*0.6cm	1	Utilização 10 e 11 de dezembro 2022	

	Luz de palco/cénica para "Palco Grande": 10m*10m*1.20m	1	Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Iluminação geral de palco (luz branca quente) "Palco Grande": 10m*10m*1.20m	1	Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Quadro elétrico para palcos e recintos (ver Anexo I)	1	1.Utilização a 10 e 11 de dezembro 2022 2.Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
SISTEMA DE SOM E AUDIOVISUAL	Sistema de som (com amplificação e monitorização - ver Anexo I)	1	1.Utilização a 10 de dezembro 2022 2.Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Mesa de som (ver Anexo I)	1	1.Utilização a 10 de dezembro 2022 2.Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Kit básico de <i>backline</i> (ver Anexo I)	1	Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Ecrã de LED com alta definição 3,5x2 metros	1	1.Utilização a 10 e 11 de dezembro 2022 2.Utilização de 12 a 15 de janeiro 2023	
	Música Ambiente em cenário natalício + licença de Representação/Execução Pública (inclui instalação de equipamento)	1	Utilização de 26 de novembro de 2022 a 15 de janeiro de 2023	

Cláusula 33.ª

Manutenção e assistência técnica

1. Deve o adjudicatário, prever um contacto permanente, junto da entidade adjudicante, no sentido de salvaguardar uma comunicação eficaz e direta para a correta execução do projeto.
2. Com efeito a entidade adjudicatária deverá fornecer contactos telefónicos diretos, nomeadamente telemóvel, dos diferentes responsáveis (coordenador, técnicos de manutenção e outros), para os fins considerados nas obrigações do adjudicatário, do presente caderno de encargos.
3. A entidade adjudicatária deve garantir o bom funcionamento na articulação entre o agenciamento de artistas e a produção técnica, durante todo o período em que decorre o contrato, bem como todo o apoio que o Município achar conveniente para o bom funcionamento do evento.

Cláusula 34.ª

Segurança

As condições de segurança de todos os serviços objeto deste Caderno de Encargos são da responsabilidade da entidade adjudicatária, de forma a eliminar todo o perigo possível para pessoas, bem como eventuais danos a bens materiais.

Cláusula 35.ª

Calendário e Horários

1. Deve o adjudicatário seguir as referências indicadas na clausula 32.ª do Presente Caderno de Encargos no que aos dias de serviço presencial diz respeito.
2. Deve o adjudicatário indicar, na proposta de orçamento e serviço a prestar, os dias necessários para as montagens de toda a logística, objeto do Presente Caderno de Encargos.
3. As desmontagens deverão ser efetuadas no máximo até 48h após o término dos eventos, conforme as datas referidas na clausula 32.ª do Presente Caderno de Encargos.
4. As datas para prestação de serviços e demais informações técnico artísticas são enviadas à entidade adjudicatária, podendo as mesmas sofrer alterações, ao longo do contrato.
5. A conclusão dos trabalhos compreende a desmontagem de todos os equipamentos instalados.

ANEXO I
Ao Caderno de Encargos
(referente ao ponto 2. da Cláusula 32ª – Rider meramente indicativos por evento)

NATAL EM SANTA CRUZ 2022 E SANTO AMARO

TI PEDRO

- 2 micro de lapela
- 1 cadeira

MÁRCIO AMARO - QUARTETO

- Teclas + voz (coluna de monição)
- Baixo (Ligação direta, usa Enier)
- Back Vocal- micro + coluna de monição
- Voz principal- Micro + coluna de monição (Leva Enier)

TEC – TEATRO EXPERIMENTAL DA CAMACHA

- 3 micros de cabeça

COROS INFANTIS DE NATAL

- Amplificação/monição geral para coro com 6 a 8 micros
- Sistema de som com leitor de CD/PEN em MP3 ou WAV

GRUPO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE GAULA

- 8 microfones para voz
- 5 microfones para cordofones
- 1 microfone para violino
- 2 microfones para acordeão
- 1 microfone para bombo
- 2 microfones para instrumentos de percussão

TIAGO SENA SILVA & JULIANA ANJO

A constituição da banda é a seguinte:

- Juliana Anjo (voz)
- Tiago Sena Silva (voz e guitarra)
- Pedro Temtem (bateria e vozes)

-

- Gonçalo Sousa (baixo e vozes)
- Francisco Aguilar (saxofone e vozes)

Bu.

Rider técnico:

- 5 micros de voz com tripé
- 1 amp de baixo
- 1 DI para guitarra
- 1 kit bateria
- 1 micro para saxofone

GRUPO MUSICAL SONS E TRADIÇÕES

Instrumentos Solistas: 6 (3Viola arame,2 braguinhas e acordeão)

Vozes: 17

Instrumentos de acompanhamento harmónico:

- 3 violas de arame (3 amplificadas)
- 3 rajões (2 amplificados)
- 1 guitarlele não amplificado
- 6 Braguinhas (2 amplificadas)
- 3 Guitarras
- 1 Baixo (amplificado)

Percussão:

- 1 Bombo.
- 1 pau de chuva
- 1 Djembé
- 1 shaker
- 1 triângulo

São necessárias 8 cadeiras.

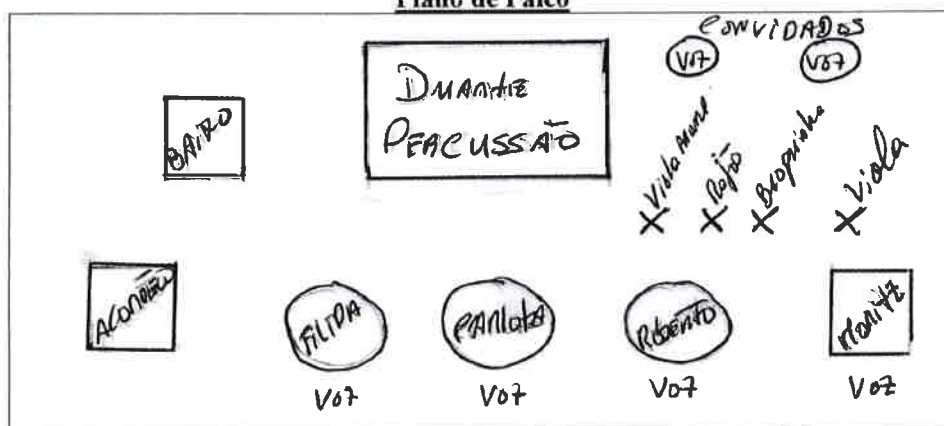
Grupo Musical Xarabanda Lista de vias

Nº	Conteúdo	Mic/DI	Dinâmicos	Stand	Observações
1	Acordeão (Right) – Mel	AKG 419\sm 98		Tipo Pastilha	Slobodan
2	Acordeão (left) – Bass	AKG 419\sm 98\ATM35		Tipo Pastilha	
3	Viola-Baixo	BSS AR 133 - DI		1 Amplificador baixo	Carlos Figueira
4	Viola 6	BSS AR 133 - DI			Moritz e Moniz
5	Viola d'Arame	BSS AR 133 - DI			Moritz e Moniz
6	Rajão	BSS AR 133 - DI			Moritz e Moniz
7	Braguinha	BSS AR 133 - DI			Moritz e Moniz
8	Percussão – Drum	Micros adequados a percussão		à Zona	Duarte Salgado
9	Percussão - Drum	Micros adequados a percussão		à Zona	Duarte Salgado
10	Percussão – Drum	Micros adequados a percussão		à Zona	Duarte Salgado
11	Percussão	Micros adequados a percussão		OverHead	Duarte Salgado
12	Percussão	Micros adequados a percussão		OverHead	Duarte Salgado
13	Bombo Grande	Micros adequados a percussão		OverHead	Duarte Salgado
14	Voz	sm 58			Filipa Camacho
15	Voz	sm 58			Roberto Moniz
16	Voz	sm 58			Moritz
17	Voz	sm 58			Carlota
18	Voz	sm 58			Convidado
19	Voz	sm 58			Convidado

Mais material necessário:

1. Amplificador para Baixo (fica à esquerda do palco visto da plateia)
2. 2 Cadeiras (sem braços)
3. Munição (5 colunas de frente)
4. Luz de palco Branca ou às Cores

Plano de Palco



Vânia Fernandes-Lado Luso
Rider técnico

Banda

Bateria/Percussão
Baixo
Piano
Guitarra
Acordeão
Voz

Input List

Banda

Captação bateria / percussão
Baixo Acústico: DI
Piano: 2xDI
Guitarra : Amp micro
Acordeão: 2xDI
Voz: Micro wireless

Stage Monitor

**inEar Monitor or Stage Monitor full
band**

Backline

Amplificador de Baixo – Min. 100
watts 5 estantes
2 cadeiras s/ braços

Black & White Dixieland Jazz Band

Rider Técnico. Natal em Santa Cruz

26 novembro 2022

- . Bateria;
- . Kit microfones Bateria;
- . 2 over heads (pratos);
- . Di stereo Piano ;
- . Microfone Rod Nt5 e tripé pequeno;
- . Microfone Voz;
- . 6 Microfones ATM 35;
(Clarinete / Trompete / Saxofone / Trombone / Sousafone)
- . 7 monitores de palco;
- . 8 cadeiras sem braços ;
- . Iluminação clara para leitura de partituras ;
- . Toda a cablagem necessária e tripés.

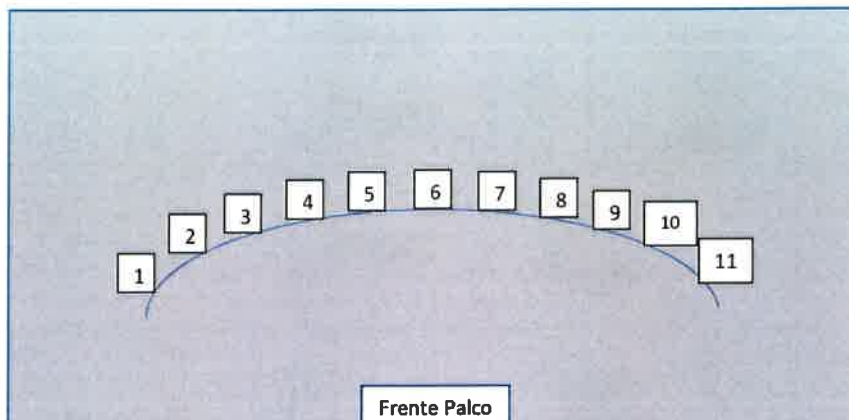
Teste de som e palco aproximadamente 1 hora.
A combinar posteriormente.

GRUPO DE FOLCLORE DA CASA DO POVO DE SANTA CRUZ 2022

Rajão e Vozes	Braguinhas	Violas Arame e voz	Acordeão e voz	Harmónica	Voz e Bombo	Percussão Vozes Apoio
 		 	 		 	  
\OInstrumentos	Instrumentos	Instrumentos	Instrumentos	Instrumentos	Instrumentos	Instrumentos
						

Rider Técnico

Grupo Coral e Etnográfico "o Brinquinho" da Casa do Povo do Caniço



Legenda:

- 1 – Braguinha + Viola de Arame + Voz Solista (DI Box para VA)
- 2 – Guitarra Clássica + Voz Solista (DI Box para GC)
- 3 – Guitarra Clássica + Voz Solista
- 4 – Braguinha + Voz*
- 5 – Braguinha + Voz*
- 6 – Rajão + Voz*
- 7 – Braguinha + Voz (2ª voz) *
- 8 – Rajão + Voz Solista
- 9 – Viola de Arame + Voz Solista
- 10 – Brinquinho + Voz Solista
- 11 – Bombo + Voz

* - Estes instrumentos e vozes podem ser usados 1 micro para 2 e mais algum caso excedonal

Estrutura:

11 elementos total (11 vozes)

1 braguinha + 1 viola de arame (alterna entre temas)

3 braguinhas

2 rajões

2 guitarras clássicas

1 viola de arame

1 bombo

1 brinquinho

• **D'Repente Musica**

Input List			
	Instrument	Mic / D.I. (propostas)	Stand
01	Kick	SM91 / B52	Short
02	Snare	SM57	Clamp
03	Tom 1	SM98 / B56	Clamp
04	Tom 2	SM98 / B56	Clamp
05	Low Tom	SM98 / B56	Short / Clamp
06	Over L	SM81	Tall
07	Over R	SM81	Tall
08	Percussion (opcional)	SM57	Tall
09	Rajão	Line in (XLR)	---
10	Braguinha	Line in (XLR)	---
11	Ukulele Baixo	Line in (XLR)	---
12	Viola de Arame	Line in (XLR)	---
13	Voz Rajão (João Caldeira)	SM58	Tall
14	Voz Braguinha (Lino Gonçalves)	SM58	Tall
15	Voz Bateria (Pedro Tem-tem)	SM58	Tall
16	Voz Ukulele Baixo (Ricardo Correia)	SM58	Tall
17	Voz Viola de Arame (Renato Spínola)	SM58	Tall
18	Audience_L	AKG CK98	Short
19	Audience_R	AKG CK98	Short

Output List		
Mix	Instrument	IEM / Monitores
01	Rajão (João)	<u>IEM</u> / Monitor (ver opções)
02	Braguinha (Lino)	<u>IEM</u> / Monitor (ver opções)
03	Bateria (Pedro)	IEM / <u>Monitor</u> (ver opções)
04	Ukulele Baixo (Ricardo)	<u>IEM</u> / Monitor (ver opções)
05	Viola de Arame (Renato)	<u>IEM</u> / Monitor (ver opções)
05 06	Main L&R	
07	Subs	
08	Front	
MONIÇÃO		
- Opção 1: 4x sistema in-ear + 1x monitor		
- Opção 2: 5x monitores		
- Opção 3: 5x sistema in-ear		
OUTROS		
- 4x pontos de luz frontais (tomadas) para pedaleiras		

Observações:

MONIÇÃO

- Opção 1: 4x sistema in-ear + 1x monitor
- Opção 2: 5x monitores
- Opção 3: 5x sistema in-ear

OUTROS

- 4x pontos de luz frontais (tomadas) para pedaleiras

Hospitalidade:

- Camarim junto ao palco sem passagem pelo meio do público. O mesmo deverá ter mesa de apoio, 5 cadeiras e chariots, água natural engarrafada e toalhas de rosto e/ou lenços de papel.
- Águas (garrafas pequenas) em palco para os elementos (2 águas por elemento).
- 1 hora para sound-check durante o qual solicitamos o máximo de silêncio no espaço do concerto.
- Durante o concerto não deverá existir outro evento que envolva qualquer uso de amplificação sonora nas imediações do palco, como forma a não perturbar ou interferir com o sistema de som usado pelo grupo.

Sobre o Grupo:

Quatro amigos juntaram-se com o objetivo de dar uma nova roupagem à música tradicional madeirense e explorar novos géneros utilizando os cordofones tradicionais madeirenses. Não só a música tradicional consta no seu repertório, como também repertório pop/rock, erudito e composições originais, o que resulta num espetáculo que dura normalmente 90 minutos.

Os D'Repente surgiram no verão de 2016 e contam com atuações em festas culturais e gastronómicas, arraiais, hotéis, salas de espetáculos, museus, Assembleia Regional e eventos oficiais.

Publicaram o seu primeiro trabalho em formato videoclip em novembro de 2019 denominado "O Bailinho D'Repente" e gravaram outros temas tradicionais e originais.

A partir de 2021 surgem com nova formação, com a adição de um baterista/percussionista, enriquecendo assim o seu repertório.





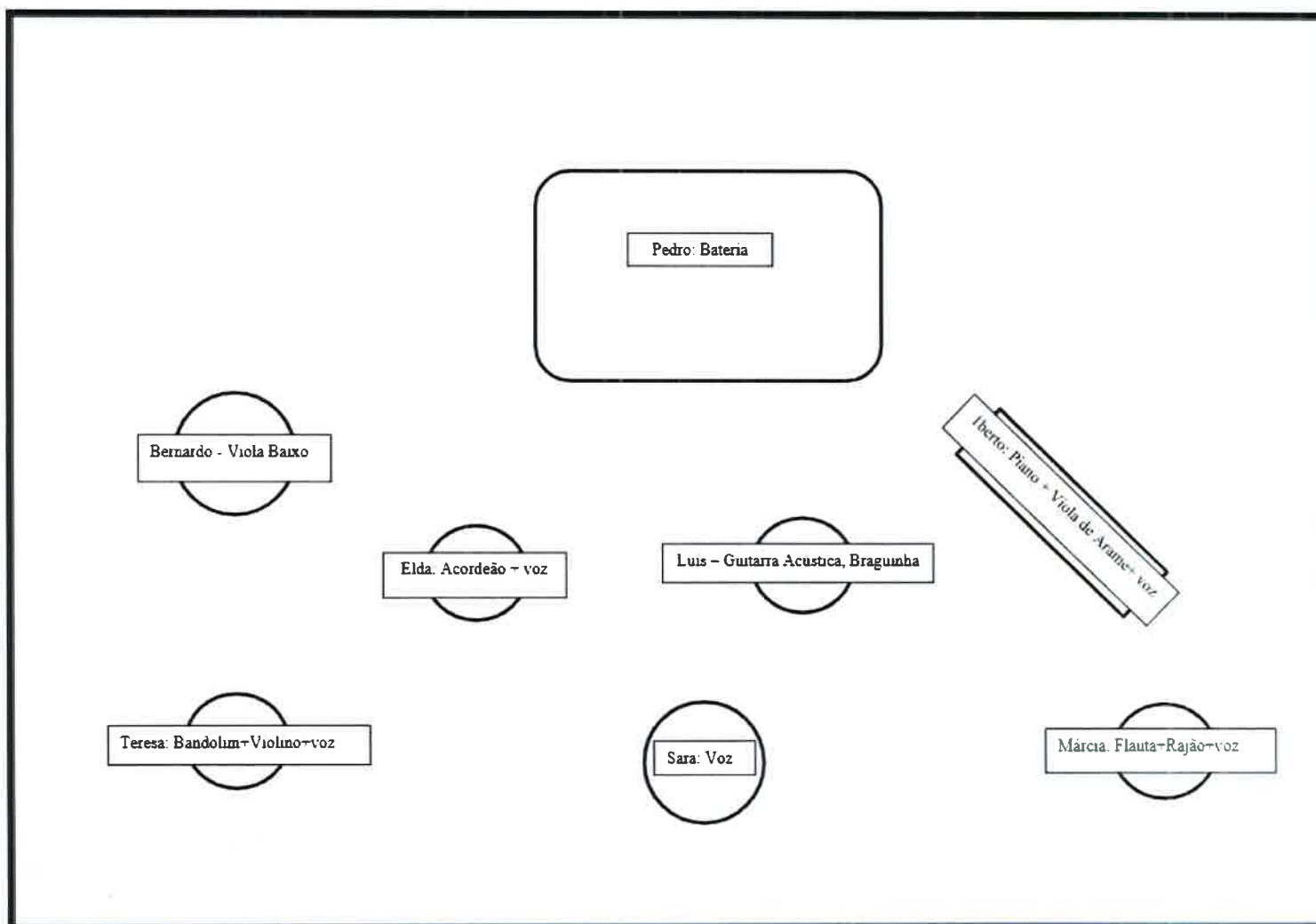
Raider Técnico

Panorâmico	Instrumento	Conversor+Carac. Direccional	Exemplo
25% Left	Violino	Condensador hypercardioid	AKG C 419
	Bandolim	DI + 20DB	
50% Right	Flauta+Voz	Dinamic Cardioid	SM 58/BETA
C	Acordeão	Cond. hypercardioid	AKG C 419
C	Guitarra acústica	DI + 20DB	
C	Viola de Arame	DI + 20DB	
50% R	Rajão	DI + 20DB	
50% R	Bragunha	DI + 20DB	
C	Baixo	DI + 20DB	
	Batena	Drum Kit + 3 Overhead	SHURG/Audiotecnia
L + R	Piano	2x DI	
C	Voz Humberto	Dinamic Cardioid	SM 58
25% L	Voz Teresa	Dinamic Cardioid	SM 58
25% R	Voz Elda	Dinamic Cardioid	SM 58
C	Voz Sara	Dinamic Cardioid	SM 58 /Beta

Total: 24 Vias + 5 Auxiliares + 2 Side Fill

Backline: Bateria

3 caderias



Centro do Palco



Notas:

1. Os naipes das vozes estão diferenciados (Sopranos, Contraltos e Homens), todos cantam em polifonia.
2. O baixo é tocado por dois elementos alternadamente consoante as músicas.
3. Estão assinalados os instrumentos (guitarras, braguinhas, rajões e violas de arame) amplificados.
4. A apresentação é do Director Artístico Luís Cardoso.
5. São precisas oito cadeiras, todas para a fila do meio/frente.



Rider Técnico:

Vozes

Cristina Barbosa - 1 microfone sem fio

Vítor Abreu 1 - via de microfone

António Barbosa - 1 via de microfone

Lee – 1 via de microfone

Guitarras

2 Guitarras elétricas / 2 guitarras acústica

2 AMP de Guitarra

4 vias auxiliar

Baixo

AMP. de Baixo

Teclado

3 Vias Stereo (D.I)

Bateria

Drum Kit (tons 10;12;16) Bombo 22 Tarola 14 Tripé para 4 pratos

Paul.



Percussão

1 tripe de microfone 3 vias para octapade

3 overheads

Sopros

1 saxofone

1 trombone

1 trompete

3 microfones sem fios para os instrumentos

Outros

In ears para 9 ou 11 elementos + 2 Monitores de chão

É necessário confirmar todos estes pontos com a empresa de som antes de finalizarem a proposta para que não haja nenhum mal-entendidos em relação ao nosso rider técnico

Nota

Este rider técnico pode sofrer alterações apos termos recebido a indicação do projeto escolhido.

**Fados Da Camacha
Stage Plot | Rider Técnico**

Camacha 24/06/2022

Gravidade | Emanuel Faria
-1 cadeira s/ "braços" - 1 Di
-1 Cabo jack-jack
-1 monitor de munção

Guitarra Portuguesa | Hélder Caldeira

- 1 cadeira s/ "braços" - 1 Di
- 1 Cabo jack-jack
- 1 monitor de munção

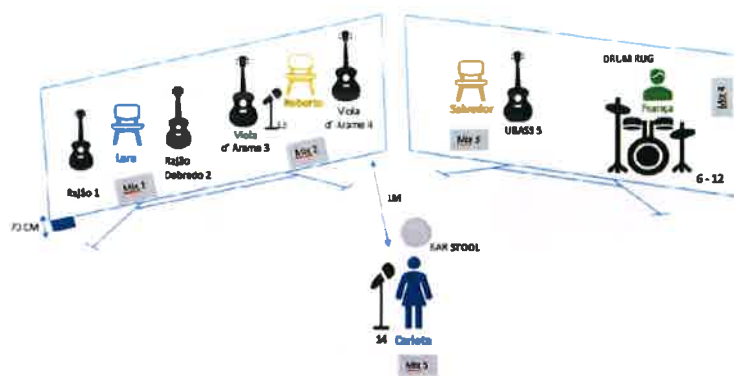
Voz

- 2 monitores de munção
- 1 microfone

Público

Baixo Acústico | Ricardo Dias
-1 cadeira s/ "braços" - 1 Di
-1 Cabo jack-jack
-1 amplificador de baixo minimo 100w
-1 monitor de munção
-1 estante

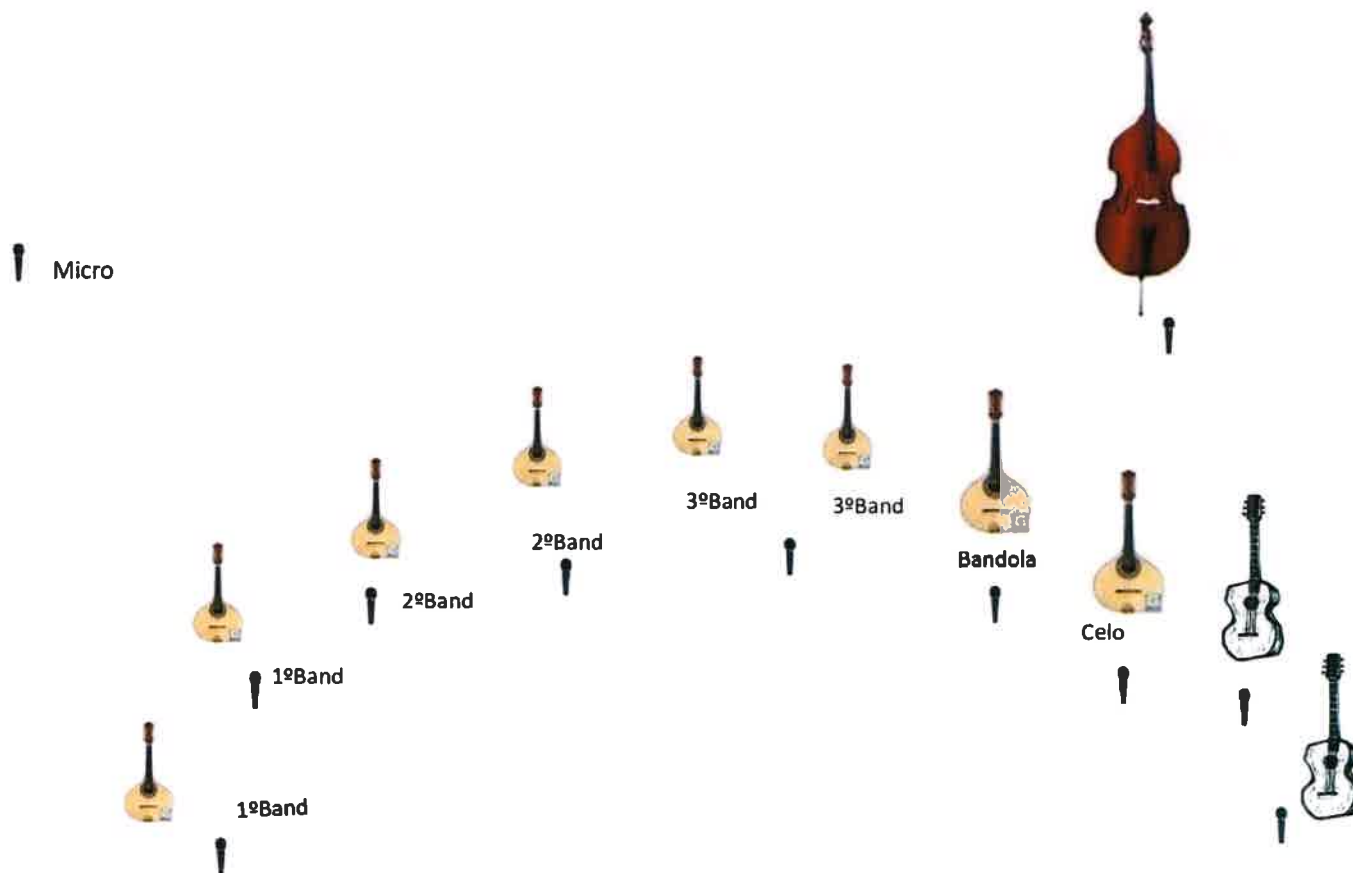
VAREJENTA & AMIGOS



Nº	Conteúdo	Mic/DI	Micros Voz	Stand	Observações
LINHA DA FRENTE					
1	Rajão	BSS AR 133 - DI			Lara Nunes
2	Rajão Dobrado	BSS AR 133 - DI			Lara Nunes
3	Viola d'Arame 1	BSS AR 133 - DI			Roberto Moniz
4	Viola d'Arame 2	BSS AR 133 - DI			Roberto Moniz
5	UBass	BSS AR 133 - DI 1 amplificador para baixo			Salvador França
6 (6-12)	Cajon (Apenas 1 linha)	Micro (percussão)			França
Linhas para VOX					
7 (13)	VOX	Micro VOX			Roberto Moniz
8 (14)	VOX	Micro VOX			Carlota Freitas

Plano de Palco

Orquestra de Bandolins C.P. Camacha



DINO D'SANTIAGO (SOLO) - RIDER TÉCNICO 2021-09

Deve haver um sistema estéreo profissional dimensionado para cobertura uniforme em frequência e potência em toda a área para o público (até 105 dbA sem distorção) e assistido por equipe técnica.

Caso exista um limitador instalado, ele não deve ser definido com valores abaixo da média de 98dbA. Este é o nível mínimo aceite para o nosso espectáculo.

Mesa de Frente

Deve ser uma consola de nível profissional: Midas, Soundcraft VI, Digico Sd, Yamaha Cl.

Enviamos um sinal analógico estéreo LR do palco para a mesa de frente.

O sinal deve ser injetado numa DI box de boa qualidade no palco e directo aos pré-amplificadores do mesa de frente ou em XLR para as entradas de nível de linha na mesa.

Sistema de intercom, cabo minijack para XLR ou linha na mesa de FOH.

Monitores de palco

Monitores de nível profissional: Martin Le 1500 / D&B série M / L Acoustics 115XT

2x misturas em saída XLR da nossa mesa no palco.

Essas 2 saídas devem alimentar 2 + 2 monitores ligados, conforme mostrado no plano do palco.

2x Sistemas IEM Sennheiser G4 ligados directamente à mesa do artista.

Tamanho e estruturas do palco

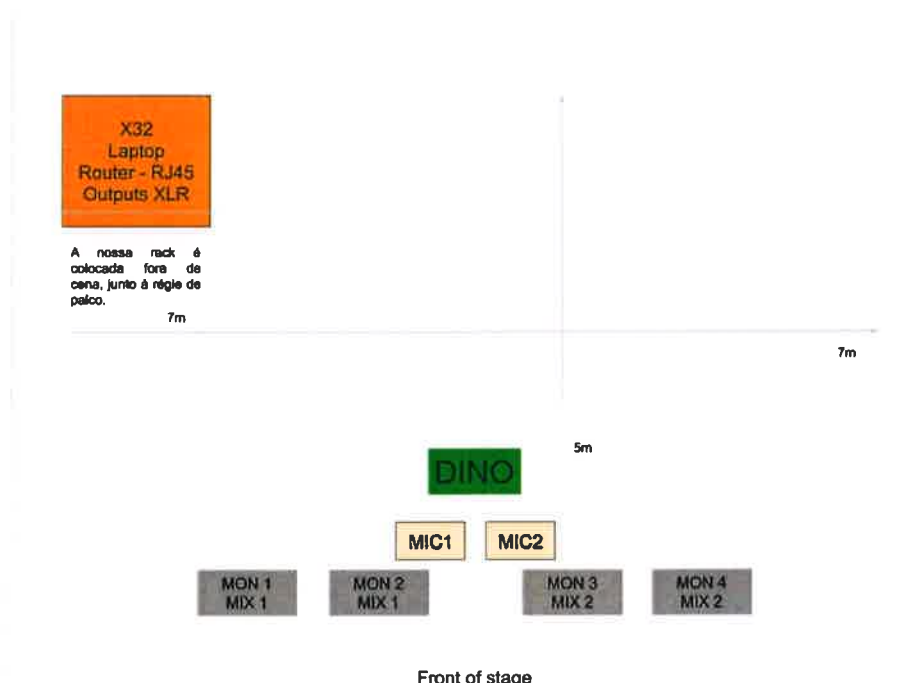
Dimensões mínimas: 7x5 m (largura x profundidade)

Lista de equipamentos - fornecida pelo promotor

XLR CABOS				NOTAS
	20 M	1X		Vocal principal
IEM				
	Sennheiser G4	2x		
Tripés Micro				
	Alto	2X		Vocais
MICS				
	UR4 SM58	1X		
DI BOX				
	Radial J48	2X		Para saída principal
ETHERNET				
	CAT5E			Cabo de conexão do router do palco para a régie.

LISTA DE ENTRADAS

Nº	NOME			NOTAS
1	IEM 1L	XLR	IEM G4	
2	IEM 1R	XLR	IEM G4	
3	IEM 2L	XLR	IEM G4	
4	IEM 2R	XLR	IEM G4	
5	Monitor 1-2	XLR		direta aos amps
6	Monitor 3-4	XLR		direta aos amps
7	Main L	DI box	radial J48	a FOH
8	Main R	DI box	radial J48	a FOH





[illegible]- *Online 2012*

1. **Define the problem.**
 2. **Identify the variables.**
 3. **Formulate a hypothesis.**
 4. **Design the experiment.**
 5. **Conduct the experiment.**
 6. **Analyze the data.**
 7. **Draw conclusions.**

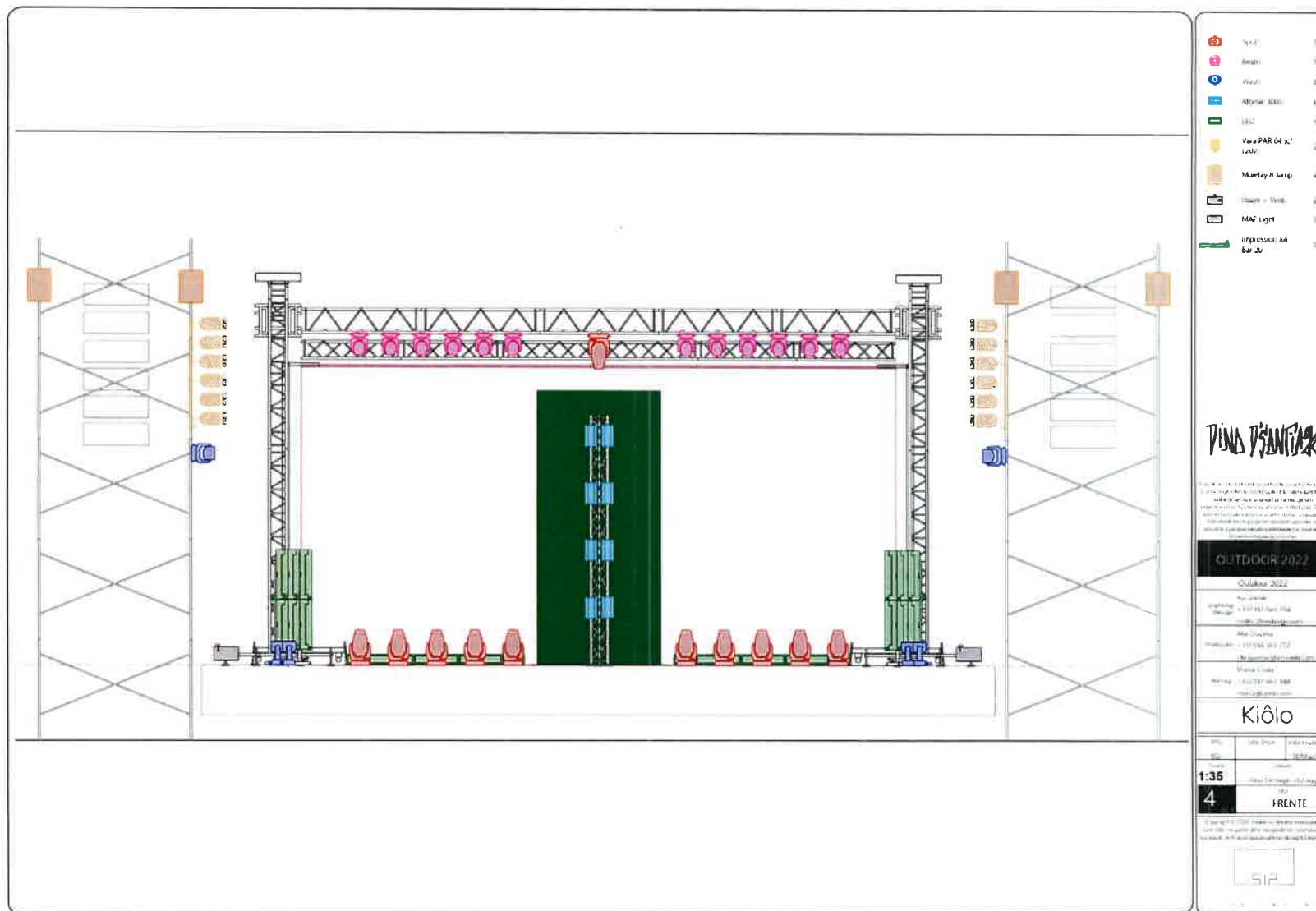
Kiôlo

2000	1000	1000
2001	1000	1000

1:35
3
ISO

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.





- 1. Spotlights
- 2. Beamers
- 3. Washes
- 4. Moving Lights
- 5. LED
- 6. Vario PAR 64 (C)
- 7. Vario
- 8. Moving Lights
- 9. Washes
- 10. MAC Light
- 11. Impulsor A4
- 12. Bar 30

PINO SANTACRUZ

Projeto de arquitetura e engenharia para o evento "OUTDOOR 2022" na cidade de Santa Cruz, Madeira. O projeto foi desenvolvido por Pino Santacruz, arquiteto e engenheiro, e inclui a elaboração de plantas, cortes e detalhes para a montagem do palco e das estruturas de iluminação.

OUTDOOR 2022

OUTDOOR 2022
 Projeto de arquitetura e engenharia para o evento "OUTDOOR 2022" na cidade de Santa Cruz, Madeira. O projeto foi desenvolvido por Pino Santacruz, arquiteto e engenheiro, e inclui a elaboração de plantas, cortes e detalhes para a montagem do palco e das estruturas de iluminação.

Kiôlo

Projeto de arquitetura e engenharia para o evento "OUTDOOR 2022" na cidade de Santa Cruz, Madeira. O projeto foi desenvolvido por Pino Santacruz, arquiteto e engenheiro, e inclui a elaboração de plantas, cortes e detalhes para a montagem do palco e das estruturas de iluminação.

1:35
4

FRENTE

Projeto de arquitetura e engenharia para o evento "OUTDOOR 2022" na cidade de Santa Cruz, Madeira. O projeto foi desenvolvido por Pino Santacruz, arquiteto e engenheiro, e inclui a elaboração de plantas, cortes e detalhes para a montagem do palco e das estruturas de iluminação.

Handwritten signature

